

A noção semântica de ambigüidade¹

Rodolfo Ilari*

Introdução

Uma velha norma escolástica recomendava que, sempre que um debate não progride, as duas partes parem de discutir, e dediquem algum tempo a conferir a maneira como definem os termos essenciais desse mesmo debate. Essa recomendação é retomada por William James numa passagem autobiográfica de seu livro *Pragmatism*, que os manuais de lógica gostam de citar quando defendem a importância das boas definições e do uso coerente de termos:

Há alguns anos, quando participava de um grupo de camping, nas montanhas, voltei de um passeio solitário encontrando todos, no acampamento, empenhados numa feroz discussão metafísica. O objeto da discussão era um esquilo - um esquilo vivo que se supunha estar trepado de um lado de um grosso tronco de árvore, enquanto que, próximo, no lado oposto da árvore, imaginava-se que um homem estivesse parado. Este homem experimentava ver o esquilo e, para consegui-lo, corria ao redor da árvore mas, por mais depressa que se deslocasse, o esquilo movia-se com velocidade igual na direção oposta, mantendo sempre a árvore entre ambos, de modo que o homem jamais conseguia ver o animal. O problema metafísico resultante é o seguinte: O homem

1 Utilizei este texto como base para minha exposição, na aula que tive de ministrar em 6/6/97 durante o Concurso para o Provimento do Cargo de Professor Titular na disciplina de Semântica e Pragmática do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem.

* UNICAMP - Campinas

move-se ou não ao redor do esquilo? Ele move-se ao redor da árvore, sem dúvida, e o esquilo está na árvore. Mover-se-á, então, o homem, também ao redor do esquilo? No ócio ilimitado da vastidão dos campos, a discussão chegara ao fim. Todos haviam tomado partido e cada um obstinava-se em sua posição. O número de adeptos de cada parte era igual. Por isso, quando reapareci, as partes apelaram para mim, a fim de lhes proporcionar a maioria. Lembrei-me do adágio escolástico, segundo o qual, sempre que nos deparamos com uma incoerência, é conveniente fazer uma distinção: imediatamente procurei e encontrei uma, que era a seguinte: “Decidir qual das partes tem razão”, disse eu, “depende do que cada um quer dizer, praticamente, quando fala de “andar ao redor” do esquilo. Se o que entendem por isso é o que se passa de norte do esquilo para leste, depois ao sul, depois ao oeste e, depois, novamente ao norte, obviamente o homem desloca-se ao redor do esquilo visto que ocupa essas posições sucessivas. Mas se, pelo contrário, o que se quer dizer é estar primeiro em frente dele, depois à sua direita, logo detrás e depois à sua esquerda, para voltar a estar diante do esquilo, é totalmente óbvio que o homem não anda à volta dele, dado que, em virtude dos movimentos compensatórios feitos pelo pequeno animal, este conserva o seu ventre sempre voltado para o homem e o lombo sempre do lado mais distante. Façam tal distinção e cessará o motivo para qualquer disputa. Ambas as partes estão certas e ambas erradas, segundo o que entendem pela expressão “andar de volta”, seja de uma maneira prática ou de outra”.

Embora um ou dois dos contendores mais acalorados qualificassem a minha fala de evasiva e artificiosa, dizendo que não eram argúcias ou sutilezas escolásticas o que queriam, mas simplesmente o que em bom inglês queria dizer “em volta de”, a maioria pareceu admitir que a distinção resolvera a disputa.²

Pode-se notar que, nesse texto, William James responde ao que parece ser uma questão prática mostrando que ela não passa de uma questão verbal, e concluindo, mais precisamente ainda, que a uma mesma palavra, devem ser associadas duas interpretações distintas. É provável que os “contendores mais acalorados” de quem ele fala no final do trecho citado tivessem percebido com clareza a natureza verbal do debate e estivessem esperando dele uma espécie de orientação normativa, que

2 (Ver Irving Copi, *Introdução à Lógica* de S. Paulo, Mestre Jou).

apontaria um dos usos da palavra como correto, e condenaria o outro como errado; mas não está excluído que esses mesmos “acalorados”, ao rejeitarem as “argúcias e sutilezas” do filósofo, estivessem incomodados pelo fato de terem sido atribuídas duas definições tão diferentes a uma velha e boa expressão inglesa como “go around”. Assim, uma história que à primeira vista opõe os partidários de duas diferentes definições para a mesma expressão, numa segunda interpretação possível opõe o filósofo, defensor de uma explicação homonímica, a “um ou dois dos contendores mais acalorados”, que, não dispostos a multiplicar as definições, acham que uma única definição deve bastar. Se for este o caso, a história de William James aponta para uma situação com a qual lingüistas têm-se defrontado de maneira corriqueira, e desde sempre.

1. Uma definição de ambigüidade/ambigüidade *versus* vagueza

O problema de escolher entre uma única definição ou várias é um velho conhecido dos lexicólogos, e aparece crucialmente no momento de decidir se as informações parcialmente diferentes, mas parcialmente relacionadas, evocadas por uma mesma palavra, devem ser reunidas numa única entrada lexical ou em várias. Em geral, suas soluções não dispensam o recurso à história, e com isso a solução do impasse se torna relativamente fácil quando a etimologia das palavras é conhecida e cientificamente acertada e quando se fecham os olhos à sincronia: por exemplo, pode-se decidir sem problemas que a língua portuguesa tem duas palavras *sargento* lembrando que uma delas provém do francês antigo *sergent*, “servente”, e a outra do francês não tão antigo *serre-joint*, “um tipo de presilha”. As decisões costumam ser mais difíceis numa perspectiva autenticamente sincrônica, pois neste caso se torna necessário estabelecer que análise morfológica está presente na mente dos membros de uma comunidade lingüística, e as evidências para tanto são geralmente precárias. Saussure tinha formulado o problema de maneira particularmente clara ao perguntar-se de que modo um francês de seu tempo entenderia os dois adjetivos e participios passados *décrepi* e *décrepit*. O primeiro resulta de um verbo parente do latim *crepare*, isto é, “estalar, rachar”: faz pensar em um objeto cheio de rachaduras e trincas, por exemplo uma parede de ruínas. O outro, faz pensar num objeto que simplesmente envelheceu; mas como evitar que essas duas expressões, que ao longo da história do francês acabaram por pronunciar-se exatamente da mesma maneira, sejam interpretadas exatamente do mesmo modo, quando as rugas são tão naturalmente associadas à velhice?

Como exigir que um francês de nossos dias reconheça no adjetivo *ouvrable* um cognato de *ouvrier*, mas não de *ouvrir*, quando o verbo *ouvrer* desapareceu do vocabulário daquela língua? O problema de decidir o número de entradas lexicais obriga a considerar o sistema lingüístico como um todo, e a reconstituir as análises que os próprios falantes fazem das várias expressões, e alguns bons exemplos de como essa análise é precária além de mutável podem ser encontrados mais uma vez em Saussure, quando lembra que o adjetivo francês *somnolent*, que hoje é interpretado como uma espécie de particípio presente de um verbo *somnoler*, “dormitar” já havia sido entendido em latim como um composto de *somno+lentus* “lerdo por causa do sono” e, mais antigamente ainda, como *somn-olentus* (“que cheira a sono”, comparavelmente a *vinolentus*, “que cheira a vinho”).

O problema com que se defrontam os lexicólogos, em sua tarefa prática de definir o número e o conteúdo de cada verbete do dicionário não coincide de maneira exata com o conjunto de questões evocados pelo título mais geral desta aula, “ambigüidade semântica”, mas permite-nos uma aproximação bastante interessante. De fato, há interesse em reconhecer que começamos a pensar em *ambigüidades semânticas* toda vez que, diante de duas ou mais interpretações possíveis para um mesmo enunciado, nos colocamos, por assim dizer, numa perspectiva de dicionaristas e não de usuários, isto é, atribuímos as diferentes alternativas de interpretação que se abrem diante de nós às *próprias expressões*, não a seu uso: vou tentar ser mais claro examinando alguns exemplos. Começemos por uma anedota:

• *O sujeito chega na firma e pede um emprego. O gerente do departamento pessoal pergunta:*

- *Qual é o cargo que o senhor pretende?*
- *De presidente da empresa.*
- *O senhor é louco?*
- *E precisa?*

É evidente que a segunda fala do gerente de pessoal não usa *louco* de maneira como o faria um psiquiatra: seu propósito é tão somente o de marcar o caráter estapafúrdio da pretensão do candidato. É possível que boa parte da graça da história venha do fato de que o candidato, que não percebe essa insinuação do entrevistador, responde dando a entender que ele não é (psiquiatricamente) louco e estranha que a loucura seja um requisito para o cargo. (Um parêntese, que não chega a ser uma digressão: há cargos para os quais é preciso ser muito ambicioso, ou francamente louco). A segunda fala do entrevistador realiza o que Searle

chamaria de ato de fala indireto, possivelmente um ato de fala de advertência. Não me parece que para explicá-la seja necessário atribuir à palavra *louco* dois sentidos diferentes e independentes: um só basta, e a distinção de níveis de locução proposta há décadas por Austin dá conta do resto. Em outras palavras, embora haja nessa anedota um efeito ilocucionário e um efeito perlocucionário que precisam ser estudados (mesmo porque nem todas as línguas recorrem, nesse caso, à imagem da loucura - em algumas seria preciso perguntar se o interlocutor está com febre, ou está sonhando; em meu dialeto materno, poder-se-ia perguntar ao interlocutor se sua hélice está girando, coisa que não faria o menor sentido em português), esses efeitos não pertencem ao departamento da semântica.

Quero deixar claro que estou definindo aqui ambigüidade semântica em consonância com a maneira como tenho definido semântica, e portanto uma série de duplos sentidos de expressões ficam de fora. No exemplo dado, o que ficou de fora é o sentido que toda uma enunciação em que se empregou a palavra *louco* assume no contexto de um ato de fala indireto. Quando se trata de ambigüidade, acho igualmente prudente deixar de fora os sentidos que as palavras assumem nos seus empregos figurados (metafóricos ou hiperbólicos, por exemplo) ou mesmo certos empregos mal estudados que exemplifico aqui por uma prática corrente entre os metalúrgicos, e que consiste em distinguir vários tipos de perfilados comparando a secção desses mesmos perfilados com as letras do alfabeto: *ferro em U, ferro em T, ferro em H...* Parece haver, nessa prática, uma operação de caracteres não cristalizada; seja como for, não me parece, que precisemos, para compreendê-la, mais do que da velha definição segundo a qual *U, L, T e H* são as letras do alfabeto que todos conhecemos. Em síntese, se se trata de definir ambigüidades *semânticas*, convém não confundi-las com as ambigüidades pragmáticas, e com todas as possíveis ambigüidades de interpretação. Não que estas últimas não tenham direito de cidadania entre os problemas de que uma teoria lingüística precisa dar conta: apenas, os objetos podem ser muito diferentes e os métodos de análise também, e eu não sou muito amigo de colocar coisas diferentes num mesmo saco e agitá-las até que fiquem parecidas por liquidificação.

Já que reivindiquei uma separação clara entre as ambigüidades semânticas e as pragmáticas, alguém poderia perguntar se uma separação igualmente rigorosa deve ser recomendada em relação às ambigüidades sintáticas. Minha vontade é responder que não, porque suspeito que uma boa ambigüidade sintática tem, potencialmente, conseqüências semânticas.

Passemos agora à outra palavra do título deste texto que é preciso explicar: *ambigüidade*. Vale a pena ressaltar que ela provém, etimologicamente, das palavras latinas *ambo e agere*, figurando uma

situação em que algo nos impele simultaneamente para duas direções distintas entre as quais precisa haver solução de continuidade. É assim que em sentenças como

- (1) As velas queimaram antes da partida do barco
- (2) O banco quebrou

somos obrigados a perseguir duas alternativas de sentido, associadas a cada uma das palavras *vela*, *banco*, *quebrar* etc.

Como era de esperar, a presença de ambigüidades nas linhas naturais tem sido encarada como um enorme defeito por todos os autores que esperam de nosso principal meio de conceitualização e expressão uma certa exatidão, e tem feito as delícias de outra gente, interessada em fazer da linguagem uma material para jogos e chistes. Como se tem mostrado desde Freud, o inconsciente sabe muito bem tirar proveito das ambigüidades (homonímias, paronímias...) e não perde a chance de fazer seus jogos de palavras. E todas as culturas sobre as quais tive chance de me informar apreciam algum tipo de jogo lingüístico em que se apela crucialmente para a duplicidade de sentido, associada a operações mais ou menos complicadas sobre a forma das palavras; assim, numa perspectiva transcultural, piadas como devem ser encaradas como bem construídas.

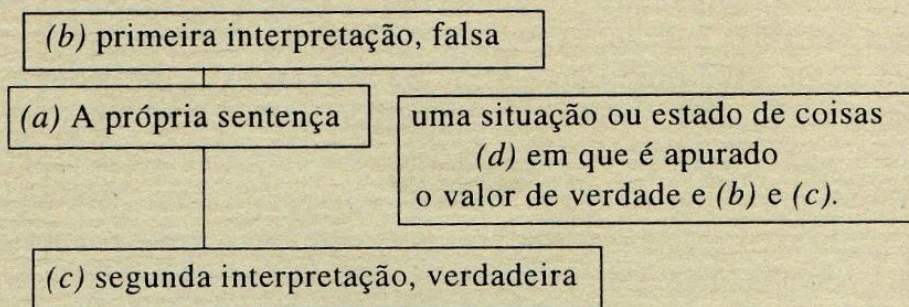
- (3) Qual a semelhança entre um homem desocupado e um relógio?
Ambos fazem hora
- (4) Manuel veio de Portugal para trabalhar no Brasil. Após algum tempo, resolve escrever para sua esposa que ficara em Portugal: Maria, aqui no Brasil, tudo é muito lindo mas os brasileiros são meio loucos. Eles vão construindo uma casa em cima da outra várias vezes, que vão chegar até o céu. Quando vêem que não conseguem, escrevem, bem lá no alto: *É difícil*.

Em nosso uso diário da língua convivemos regularmente com suas ambigüidades, e o fazemos por processos bastante diferentes daqueles que nos permitem administrar uma outra grande característica das mesmas línguas naturais que tem sido também apontada como um entrave a uma expressão mais exata das verdades científicas: a *vagueza*. Segundo as definições clássicas, a vagueza compartilha com a ambigüidade o "inconveniente" de produzir recortes conceituais da realidade pouco confiáveis, mas o faz por razões diferentes: o que caracteriza as expressões vagas não é o fato de comportarem mais de um sentido, mas o fato de terem um sentido em princípio único, que é insuficientemente

determinado. O Monte Branco mede, segundo alguns, quatro mil oitocentos e sete metros, segundo outros quatro mil oitocentos e dez. Para entender a vagueza, essa discussão de altura pouco importa. Seu cume se destaca da cadeia de montanhas circunstantes e é identificado sem problemas. Digamos que o cume é onde o Monte Branco termina (pelo menos é onde terminam as expedições ao Monte Branco que, segundo dizem, não exigem grande técnica alpinísticas, mas não são recomendadas a senhoras grávidas e homens cardíacos). Para entender a questão da vagueza, pelo menos num de seus sentidos mais importantes, compensa perguntar onde *começa* o Monte Branco. Quine, de quem retomo de memória a idéia da montanha cujos pés descem até uma parte indeterminada do planalto ou da cadeia, diz que os geógrafos formulam critérios estatísticos para decidir onde a montanha começa, mas é importante lembrar que esses critérios não fazem parte da competência lingüística dos falantes, ao contrário consistem em *estipulações*, isto é, decisões mediante as quais se *convenciona* tratar de montes determinadas elevações do relevo com certas características e não outras, os quais vêm suplementar o sentido corrente das expressões da língua natural, para fins técnicos. Posto que possa causar problemas para a ciência, uma de cujas funções consiste precisamente em tentar reduzir a margem de vagueza das formulações aceitas, lembremos de passagem que a vagueza não é só um defeito: é novamente Quine que nos lembra que um mesmo assunto pode ser tratado em diferentes níveis de profundidade, precisamente graças à vagueza inerente às expressões da língua natural.

Para distinguir línguas vagas e não vagas, e mostrar que a vagueza não é condição necessária da expressividade, Quine comparou certa vez dois procedimentos técnicos que podem igualmente resultar em representações artísticas expressivas e fiéis da realidade: o uso de tintas a óleo que o artista mistura pacientemente em sua paleta até obter o matiz desejado, e o uso de pedras de um mosaico, cuja cor é invariável mas que, oportunamente dispostas, preservam traços essenciais da realidade que se quer representar. A oposição é sedutora, mas na prática de análise lingüística não é sempre fácil decidir se palavras se comportam como as pedras de um mosaico, ou como as tintas numa paleta. Na realidade, conviver coerentemente com esse problema é um dos grandes desafios para todo semanticista. No que me diz respeito, tenho enfrentado esse problema fazendo passar os casos questionáveis (e todos os casos são questionáveis, numa certa altura) por uma espécie de “máquina debulhadora”, um teste operacional cujo funcionamento procuro representar no esquema a seguir:

Esquema A:



“Dada uma sentença problemática (a), exija para declará-la ambígua que, numa determinada situação (mundo possível, estado de coisas...) que sua interpretação (b) seja verdadeira, e sua interpretação (c) seja falsa.”

O procedimento usado por essa “máquina” não é perfeito, mas tem o mérito de tornar mais visíveis algumas diferenças de sentido que não são de todo óbvias; dito de outro modo, ele permite reconstituir com alguma segurança a sensação de estranheza que nos causam algumas sentenças, mostrando que ela resulta, precisamente, de uma duplicidade de sentido. Para mostrar como isso acontece, retomo aqui, em seu inteiro teor, os dados constantes de uma notícia publicada no *Caderno Interior da Folha de São Paulo* de 27 de outubro de 1994. Apenas a apresentação gráfica foi sacrificada, sendo sublinhadas algumas passagens que interessa comentar.

Manchete

Falta de funcionário prejudica investigação

Lead

Dados da delegacia da mulher de Campinas mostram que 200 casos de estupro não foram esclarecidos

Comentário à figura (que representava a titular da delegacia de mulheres, Del. Teresinha de Carvalho)

A 1ª Delegacia da Mulher de Campinas divulgou ontem que em seis anos *não resolveu mais de 200 casos* por falta de funcionários

Texto da notícia propriamente dito

Da reportagem local

A 1ª Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas tem mais

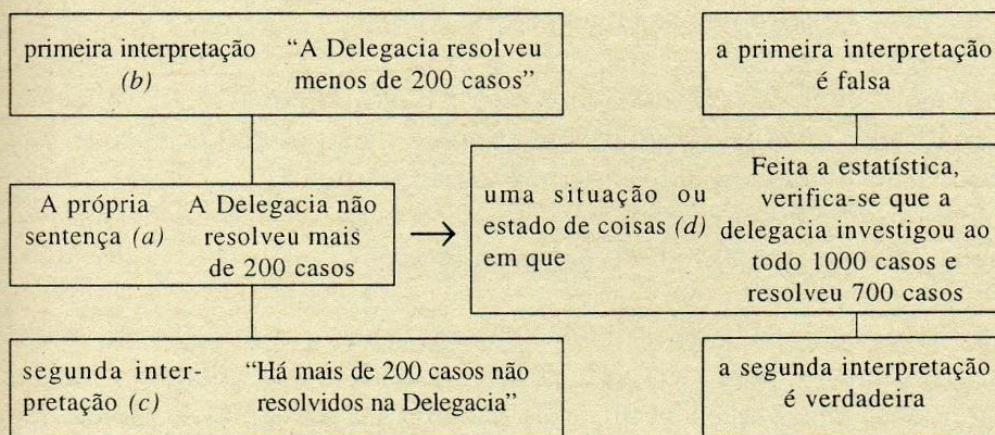
58

de 200 casos de estupros que não foram esclarecidos por falta de funcionários.

A informação foi divulgada pela Delegada Teresinha de Carvalho, 38, que concluiu ontem a estatística dos seis anos de fundação da Delegacia. "Este número não representa a realidade, porque muitas mulheres ainda não denunciam a violência". A Delegacia registrou 11.063 espancamentos, 6.514 ameaças e 2.309 crimes contra a honra. A Delegada afirmou que o número de lesões corporais está diminuindo, e o número de ameaças aumentando...

Essa "matéria" apresenta uma característica que não é incomum em nossos jornais: uma informação escrita para ser lida à parte, antes do texto acaba passando por uma primeira análise, ainda *descontextualizada*, em que é *ambígua*. Somente a leitura do artigo completo permite desfazer as dúvidas, apontando para uma das possíveis leituras do texto em destaque, e descartando as demais. Dada a freqüência com que isso ocorre em nossos jornais, reluto em crer que essas ambigüidades dos títulos e subtítulos se devam apenas às dificuldades da concisão, ou que sejam fruto do mal letramento de nossos jornalistas. Desconfio ao contrário que eles sentem que a ambigüidade aguça a curiosidade dos leitores de jornal, funcionando como uma estratégia válida para atrair a atenção do leitor.

Seja como for, aplicando àquela passagem o teste acima descrito, chegamos facilmente ao quadro abaixo:



Salvo engano, as duas interpretações propostas são plausíveis, e sua verdade ou falsidade nas condições descritas em (d) é intersubjetiva.

2. Fundamentos da ambigüidade

O teste do esquema A qualifica como ambíguas muitas sentenças, mas não explica as razões por que essas sentenças são ambíguas, e essas razões são desiguais. Refletindo numa perspectiva semântica sobre o que torna ambígua uma sentença, verifica-se que os possíveis fatores de ambigüidade são muitos, e diferentes entre si. Listo alguns desses fatores, sem qualquer preocupação de exaustividade

(a) **Homonímia Lexical** - O fator mais invocado é a *homonímia lexical*, e o eterno exemplo é o par *manga* = “parte de uma peça de vestuário destinada a cobrir os braços” vs. *manga* = fruto da mangueira. De fato, os pares de homônimos são freqüentes em português, mas as frases que usam homônimos só são ambíguas quando o contexto não permite decidir de maneira segura por um ou outro sentido. Assim, a despeito de haver de maneira incontestada duas entradas lexicais para *gato*, e duas para *namorado*, nenhuma das sentenças abaixo é ambígua:

- (5) Maria examinou as guelras do namorado e concluiu que estava fresco, e ficaria gostoso assado.
- (6) O gato recebia uma comissão pelos trabalhadores que recrutava. O gato é uma figura humana comum nas áreas de colonização recente.
- (7) O gato corta o bigode fala castelhano.
- (8) Saiu na rua para assistir ao jogo de futebol e voltou com um galo. Goleiro que se preza detesta frango.

porque o contexto projeta sobre essa palavra algumas determinações que levam a tomá-la inequivocamente num ou noutro sentido. O contexto, aqui, são evidentemente algumas características cruciais de outras palavras da mesma oração, que interagem com a palavra problemática selecionando uma das possíveis interpretações.

(b) A possibilidade de atribuir à sentença suas construções sintáticas distintas - Embora seja corrente apresentar os enunciados de uma língua como uma seqüência linear de palavras ou sintagmas, é sabido que essas palavras ou sintagmas correspondem a uma estrutura sintática não linear. Duas ou mais estruturas sintáticas não lineares podem corresponder a uma única seqüência linear de constituintes, que pode em função disso veicular informações bastante distintas. Os exemplos são como (9) em oposição a (10), ou como (11) em oposição a (12):

Os exemplos (9) e (10) mostram que a oração reduzida de gerúndio pode modificar tanto o sujeito oculto *eu*, como objeto indireto *um grupo de jovens brasileiros*. Já em (11) *do Chile* pode ser tanto adjunto adnominal (de “os estudantes”) como adjunto adverbial (caso em que acrescenta ao predicado “falar aos estudantes”, uma indicação quanto ao lugar de origem da transmissão).

- (9) Viajando pela primeira vez para a Europa, cruzei com um grupo de jovens brasileiros.
- (10) Cruzei com um grupo de jovens brasileiros viajando pela primeira vez para a Europa.
- (11) O escritor falou pela rede de televisão CNN aos estudantes do Chile.
- (12) Do Chile, o escritor falou pela rede de televisão CNN aos estudantes.

Este tipo de ambigüidade é sintática, pois a sentença aceita duas análises sintáticas diferentes, tanto em termos de gramática tradicional, como em termos lingüísticos. A importância da sintaxe na explicação desses casos me parece óbvia, menos óbvio é onde o tratamento sintático termina. Volto adiante a este problema.

(c) Ambigüidades de escopo - Percebe-se às vezes que a sentença aceita duas ou mais análises distintas, sem que seja razoável recorrer ao dicionário (homonímia) ou à gramática (duas construções descritas em termos distribucionais) para explicar a diferença. Quando isso acontece, estamos geralmente diante de *operações semânticas que intervêm na construção da sentença em ordens diferentes*. Pense-se nesta sentença.

- (13) Apesar de ser exímio advogado, o procurador da Universidade não cumpre todas as disposições estatutárias.

Essa sentença poderia significar que

- (14) O procurador *descumpre todas* as disposições (Des-cumpre todas = tem por norma violar a legislação).

ou que

- (15) O procurador *cumpre* as disposições, mas *não todas* (não tem por norma violar a legislação, mas comete falhas).

A ambigüidade de (13) pode ser explicada se considerarmos que nessa sentença estão presentes uma negação (*não*) e uma palavra que exprime generalização (*todos*). Numa das interpretações, a sentença é a generalização de uma negação, no outro é a negação de uma generalização. Basta que apliquemos em ordens diferentes essas duas operações ao predicado “cumprir as disposições estatutárias” para que obtenhamos resultados bem diferentes

I

- | | |
|-----------------------------|--|
| 1. Predicado | o procurador cumpre as disposições estatutárias |
| 2. Generalização | aplica-se a todas as disposições estatutárias que o procurador as cumpre |
| 3. Negação da generalização | é falso que se aplica a todas as disposições estatutárias que o procurador as cumpre |

II

- | | |
|-------------------------|--|
| 1. Predicado | o procurador cumpre as disposições estatutárias |
| 2. Negação do predicado | é falso que o procurador cumpre as disposições estatutárias |
| 3. Generalização | = o procurador descumpre as disposições estatutárias trabalhistas que aplica-se de maneira generalizada que o procurador descumpre as disposições estatutárias |

As ambigüidades ilustradas por (13) costumam ser chamadas de ambigüidades de **escopo**, um decalque não muito feliz da palavra inglesa **scope**, que em seu sentido mais habitual envolve a idéia do alcance de uma ação ou de uma operação dos sentidos (por exemplo, o que fica dentro de nosso campo de visão). A idéia de alcance é oportuna porque se entenderá nesses casos que certas palavras como *não*, *todos*, *só* exprimem operações semânticas (de negação, generalização, exclusão, etc.) que afetam apenas alguns conteúdos da sentença; para interpretar corretamente essas palavras, precisamos entender quais são os conteúdos da sentença que elas visam (isto é, seu alcance ou escopo). Tanto quanto sei, não se fez nunca uma gramática do escopo em português, mas algumas aplicações da noção são bem conhecidas: a título de exemplo, lembro que há efeitos de escopo que podem resultar em ambigüidades entre

- a negação + os indefinidos que exprimem generalização
+ as orações subordinadas finais e de causa/adjuntos de fim e causa
(*não voltou porque era muito tarde; meus pais não se separaram por causa da falência*)
+ *mais de* seguido de um numeral (v. exemplo da Delegacia da Mulher)
- generalizadores + numerais e indefinidos (*todos os alunos desta classe estudam duas línguas*)

adjetivos e orações adjetivas modificando dois sintagmas nominais coordenados (padaria e doceria alemã)

- só, somente* + construções reflexivas (*somente meu avô manda carta para si mesmo*)

passado composto dos verbos + nomes que podem ser genéricos ou específicos

(*o diretor tem sido um político hábil*)

primeiro, último + circunstanciais

(*Maria e Uliana tocaram pela primeira vez juntas em Campinas*)

É certamente um efeito de escopo que fundamenta lingüisticamente a anedota de que falou certa vez o ilustre professor Sírio Possenti, de que forneço a seguir uma variante (quem quiser reconstituir a anedota original, substitua *intuição* por *vontade*, *acertar* por *comer*, e *Sena* por *Luiza Brunet*):

A - Tenho intuição de que vou acertar na Sena de novo.

B - Você já acertou?

A - Não, mas já tive muita intuição antes.

Entenda-se que, no caso, o operador cujo escopo interessa observar é *de novo*; seu escopo pode limitar-se a *acertar na Sena*, mas pode também abranger *ter intuição de que*: trata-se evidentemente de duas coisas bem diferentes.

- (d) Diferentes correferências possíveis - Outro caso clássico de ambigüidade semântica resulta da *compatibilidade de um anafórico com dois ou mais antecedentes* distintos. Não vem ao caso explicar aqui o que seja um anafórico, coisa que todo aluno de graduação já

conhece, mas é oportuno lembrar que a definição de anafóricos que interessa na discussão da ambigüidade semântica é uma definição ampla, capaz, que precisa abranger, pelo menos, as categorias vazias e o que se tem chamado às vezes “prossintagmas verbais”, principais responsáveis pela duplicidade de interpretação conhecida como “identidade estrita ou fajuta”(exemplificada a seguir por (16-20):

(16) O ladrão entrou na casa do prefeito e tirou toda a sua roupa.

(17) O diretor de marketing da companhia comentou seus projetos de vendas?

Sim, e a diretora presidente também/fez o mesmo.

(18) Desconfiado, Assurbanipal começou a perseguir a mulher que o traía, e o amante *também*.

(19) Quando o dono da casa disse, no meio da festa, que todo mundo, ali, era desafinado, Dona Rosa pediu ao Mário para Ø cantar.

Marília viajou para o Recife na companhia da Paula e do marido (de Ø)

(20) O Zelador pediu para o garoto não usar o elevador porque estava sujo de lama.

Não critico Antônio por Ø ser indulgente

(e) Comentemos um último tipo de ambigüidade semântica, que aparece nas duas notícias abaixo:

- *Petista tem os votos de José Serra e Mário Covas* - O Governador Mário Covas afirmou que votou na candidata do PT, Luiza Erundina. ... O senador José Serra foi outro que votou na petista, embora tenha evitado citar seu nome. “A orientação do partido foi a de não votar em Pitta e eu também não voto *em branco*”. (Folha de S.Paulo, dia seguinte às últimas eleições para prefeito.)
- *Mala pronta* - O ex-prefeito de Sonora, J.C.C. apenas aguarda os primeiros pronunciamentos da Justiça e do Tribunal de Contas para decidir se responde ao processo por desvio de 130 milhões *em carne e osso*, ou desaparece, seguindo o exemplo de um colega de corrupção. J.C.C. corre dois riscos: ter que devolver o dinheiro e ainda ir para a cadeia. São motivos suficientes para pensar em pegar a estrada. (Diário da Serra de Campo Grande, 26-7 de setembro de 1993)

Numa análise da ambigüidade, interessa observar, nessas notícias, os usos que o jornalista faz das expressões *em branco* que incide sobre *votar* e *em carne e osso*, que incide possivelmente sobre *responde*,

possivelmente sobre *desvio de 130 milhões*. À parte a sintaxe, a alternativa que se propõe nesses exemplos é entre uma leitura na qual as expressões são interpretadas por um procedimento composicional, isto é, um procedimento pelo qual os vários constituintes (*em, e, carne, osso, branco*) são responsáveis cada um por uma contribuição específica e previsível ao sentido total da sentença, e uma leitura não composicional ou, como eu venho chamando, formulaica, na qual *em branco*, e *em carne e osso* são blocos significativos indivisíveis, que transmitem, *grosso modo* a idéia de “abstenção” e “presença física”. Os usos formulaicos não são menos semânticos que os demais; do desencontro entre os dois processos podem advir ambigüidades e mal-entendidos, e de fato é possível que muitos jovens, diante de provérbios antigos como (21) ou (22) embarquem naturalmente numa interpretação composicional, o que acaba por distorcer seu sentido.

(21) Quem usa cuida.

(22) A pior roda do carro é a que mais range.

3. Ambigüidade e abstração

É tempo de interromper esse começo de tipologia, para problematizar minimamente o esquema (A).

Haveria muito a discutir sobre o critério de ambigüidade que vem nele embutido, particularmente quanto ao fato de que esse critério foi formulado como uma condição necessária mas não suficiente. Essa discussão fica para uma outra vez, ao passo que eu gostaria de comentar agora uma decisão que deve ter soado bastante natural, passando por isso mesmo despercebida. Lembro que, ao comentar o esquema (A), eu dei de barato que, dada uma sentença que se queira analisar como ambígua, precisamos formular para a mesma pelo menos duas paráfrases distintas, duas interpretações. Essa formulação poderia ser feita, em princípio, na própria língua natural, na forma de paráfrases adequadas, mas como é a própria língua natural o que queremos explicar, e como nossos conhecimentos sobre sinonímia são ainda mais precários que nossos conhecimentos sobre ambigüidade, para não trocar um problema por outro, tendemos a lançar mão de outras linguagens, possivelmente linguagem artificiais, às quais pedimos em última análise que *exibam* as diferenças de sentido que *intuímos* existirem na língua natural. E aqui surge o grande problema: há linguagens artificiais menos expressivas que a língua natural e são inúteis, porque são por definição incapazes de separar o que queremos separar; há outras linguagens artificiais que

são mais expressivas que a língua natural e são certamente mais interessantes, porque exibem diferenças num grau de finura considerável. Mas ao lançar mão destas últimas usando-as como os modelos através das quais olhamos para a língua natural, defrontamo-nos com o risco de começar a enxergar nesta última umas tantas diferenças que existem tão somente nas línguas-modelo.

Esta é uma situação com a qual me defrontei em algumas ocasiões, mas nenhuma me pareceu tão marcante, num primeiro contacto, quanto a análise que se faz na tradição fregeana a propósito da sentença de Geach que afirma a auto-compaixão de Satanás, e de outras com a mesma estrutura semântica:

- (23) Somente Satanás tem piedade de si mesmo³.
- (24) (entre todos os moradores do conjunto) somente meu avô mandava cartões postais para si mesmo.
- (25) Por definição, os egoístas são pessoas que só pensam em si mesmas.

Para explicar como entendo (23), parece razoável i) admitir que essa sentença resulta da aplicação do operador *somente* à sentença menos complexa

- (26) Satanás tem piedade de si mesmo;

e ii) reconhecer que a aplicação de *somente* tem a função de excluir que o predicado gramatical *tem piedade de si mesmo* resulte numa sentença verdadeira quando é aplicado a qualquer outro indivíduo que não Satanás. Essa explicação em termos de sujeito e predicado da oração não poderia ser generalizada para todos os usos de *somente* mas não traz problemas no caso particular de (23) e, como é suficiente para meus propósitos de exposição, eu a utilizarei aqui. Ao aplicá-la, esbarra-se contudo num impasse, devido à dificuldade de decidir se ela é verdadeira ou falsa em determinadas situações (ou “estados de coisas”).

Para esquematizar algumas situações em que diferentes indivíduos sentem piedade de si e de outros - usarei na seqüência deste parágrafo a seta “ \longleftarrow ” que, em figuras como “ $a \longleftarrow b$ ”, representa uma situação em que o indivíduo *a* sente piedade pelo indivíduo *b*. Obviamente, “ $a \longleftarrow a$ ” ou, como prefiro representar,

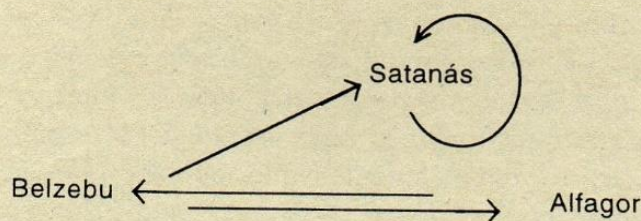


3 Trata-se de um exemplo de Geach, que vem comentado em Ducrot 1972 (pp. 122) e que já foi objeto de estudo em Ilari (1981).

significa que um mesmo indivíduo *a* tem piedade de si mesmo. Munido desse mecanismo de representação, posso agora apresentar como distintas as situações (“estados de coisas”) *m*, *n*, *o* e *p*, às quais serão referidas, a título de teste, as sentenças enumeradas no início desta secção.

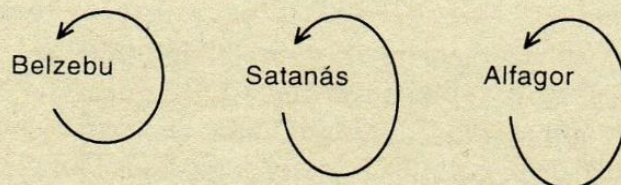
Situação m

Situação n

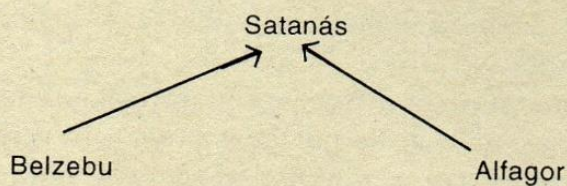
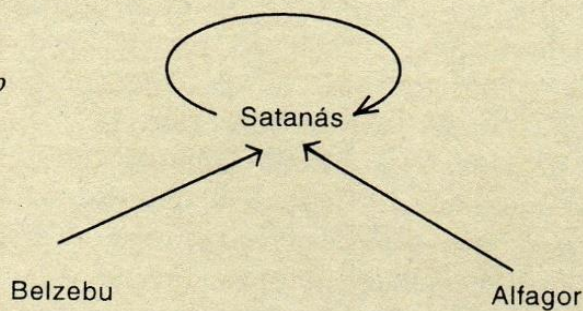


Situação o

possível que muitos jovens, diante de provérbios antigos, como



Situação p



Referindo a essas situações as sentenças precedentemente apontadas, verifica-se agora que é relativamente simples emitir um juízo de verdade para (26): essa sentença descreve de maneira adequada (verdadeira) as situações *m*, *n* e *o*, em que uma seta *parte de Satanás e chega em Satanás*; a mesma sentença (26) *não* descreve adequadamente a situação *p*, em (26) e esse critério é que haja uma seta fechando um círculo sobre Satanás. De certo modo, (26) dá uma abertura tal sobre as diferentes situações acima apresentadas, que apenas a figura de Satanás é considerada, ao passo que os demais diabos que compõem o universo de discurso não contam.

As coisas se complicam - e é esse o impasse que pretendo apontar — quando se tenta estabelecer as condições em que é verdadeira (23), a sentença com *somente*. No caso desta sentença, não só temos que considerar simultaneamente o que acontece com Satanás e com os outros indivíduos do mesmo universo, mas - mais fundamental do que isso — verifica-se que *dois critérios são lembrados e competem entre si*: (i) pelo primeiro desses critérios, (23) resulta nas situações (como *n*) em que mais de uma seta “retorna” sobre o mesmo indivíduo; (ii) pelo segundo, ela fica falsificada nas situações (como *o*) em que mais de uma flecha aponta para Satanás. Pelo primeiro critério, dever-se-ia dizer que (23) é falsa na situação *n*, pois “há mais diabos que são autocompassivos”; pelo segundo, chegar-se-ia à conclusão de que (23) é falsa em *o*, porque “há mais diabos que têm piedade de Satanás” (além do próprio Satanás).

Há, em suma, dois métodos distintos para decidir sobre a verdade de (23), isto é, (23) é ambígua. A diferença origina-se em duas diferentes maneiras de entender o predicado “ter piedade de si mesmo”, que é tomado ora numa interpretação “intrinsecamente reflexiva”, ora numa interpretação “ocasionalmente reflexiva”. Na primeira interpretação, “ter piedade de si mesmo” significa auto-compaixão: assim entendida, a sentença (23) predica que Satanás é o único indivíduo autocompassivo, e será falsa para situações em que mais de um indivíduo o é (arcos fechados sobre mais indivíduos, além de Satanás); no segundo sentido, “ter piedade de si mesmo” equivale a ter piedade do indivíduo referido pelo sujeito, que é ocasionalmente Satanás; a sentença predica que somente o próprio Satanás sente piedade por Satanás, e é falsa se mais indivíduos fizerem de Satanás o alvo de sua compaixão.

Para representar as duas diferentes interpretações do predicado “ter piedade de si mesmo” (ou de qualquer predicado reflexivo, que admita uma leitura intrinsecamente reflexiva e uma leitura ocasionalmente reflexiva) os semanticistas de formação lógica colocam-

no em correspondência com duas representações semânticas distintas, que se constroem recorrendo ao chamado “operador-lambda”. Esse operador é definido pela equivalência a seguir, conhecida como “conversão lambda”.

(27) CONVERSÃO LAMBDA:

$P(a, b) = \text{def } \lambda x [P(x, b)](a)$

e caracteriza-se como um operador que cria predicados (no sentido de “entidade não saturada” que esse termo assume na tradição fregeana) a partir de enunciados completos. A função do operador lambda é indicar que uma posição foi esvaziada numa sentença completa, dando origem a um predicado; assim, supondo que “P(a,b)” é tomada como abreviação para “Alfagor tem piedade de Belzebu”, “ $\lambda x [P(x, b)]$ ” vale pelo predicado “... tem piedade de Belzebu”, ou “... é alguém que tem piedade de Belzebu”.

Uma vez reconhecido que se podem criar predicados (no sentido acima lembrado) a partir de sentenças completas, e que o operador lambda exprime esse processo de criação de predicados, é fácil perceber que esse operador pode ou não vincular simultaneamente as duas posições próprias de um predicado de dois lugares; têm-se então para “Satanás tem piedade de si mesmo” duas possíveis estruturas:

(28) $\lambda x [P(x, x)]$ (Satanás)

(29) $\lambda x [P(x, \text{Satanás})]$ (Satanás)

A escolha entre essas duas representações (e, de resto, entre elas e outras representações mais simples, que não utilizam o operador lambda) é irrelevante para exibir o sentido de (26); mas se quisermos manter a tese exposta, de que *somente* a um único indivíduo a aplicação de um predicado (entendendo-se “predicado” no sentido da tradição fregeana) seremos levados a buscar para a sentença (23) representações em que o predicado pode ser apontado como uma expressão independente. As duas representações acima realizam esse objetivo, já que “ $\lambda x [P(x, x)]$ ” e “ $\lambda x [P(x, \text{Satanás})]$ ” são predicados no sentido aqui utilizado. A aplicação desses dois predicados a “Satanás” resulta em sentenças com o mesmo valor de verdade. Há, aqui um “excesso de estrutura” que permaneceria ocioso se se tratasse tão somente de representar o sentido de (8), mas que deixa de ser anti-econômico tão logo o uso de *somente* obriga a considerar os dois sentidos possíveis de uma construção reflexiva.

Diante de “excessos de estrutura” como esses, parece que um alarme dispara: não estaríamos trocando a língua natural por aquilo que não é, forçando a aplicação de um modelo que nos agrada por razões irrelevantes?

4.2. A grande lição dada pelo desenvolvimento histórico do tipo de semântica que começa com Frege é que para fazer descobertas que valham a pena é preciso sondar regularidades que se escondem abaixo das aparências, ou por aparências faz sentido entender a representação até certo ponto grosseira que nos vem do aprendizado escolar ou que representa a generalização de algumas instituições de caráter distribucional. O passo seguinte consiste em construir modelos abstratos, cuja lógica interna é explícita e calculável, e operar sem incorrer nas armadilhas da intuição. É verdade que os semanticistas têm recorrido a sistemas formais cada vez mais poderosos e, indiscutivelmente, alunos dos sistemas formais mais interessantes para fins semânticos (estou pensando, por exemplo, nos estudos de Link sobre plurais e termos de massa, e nos de Barwise e Cooper sobre quantificadores generalizados, em que se lança mão da noção matemática de reticulado para explicar o papel semântico dos sintagmas nominais ou as relações que intercorrem entre os plurais e os termos de massa) *apontam para um quadro de possibilidades de que a própria língua realiza apenas uma porção muito pequena*. Retorna então a questão: como ter certeza, então de que entre as propriedades do modelo e as propriedades do objeto que lhe cabe representar foram estabelecidas relações tais que o modelo transfira ao objeto apenas qualidades relevantes? Como garantir uma representação que possa pretender-se verdadeira, e não apenas atraente ou “bene trovata”?

A ambigüidade nos defronta constantemente com esse problema: se quisermos descobrir coisas interessantes a respeito do sentido das expressões lingüísticas, parece necessário que tomemos alguma distância em relação à sua forma mas isso nos põe um problema de legitimação.

A existência desse problema não me parece ser motivo para que desistamos de usar representações abstratas, mesmo porque, se quisermos explicar a língua natural e não apenas vivê-la como usuários, é possível que não disponhamos de outro meio. Valha de consolo lembrar que o problema de legitimação existe em todas as ciências empíricas, e foi vivido com particular intensidade a partir da Renascença, sempre que os cientistas tentaram escapar das soluções que a tradição lhes impunha de maneira dogmática. Em seu livro *O mundo no papel*, David Olson lembra que os inventores da ciência moderna - cientistas com Harvey, Bacon e Galileu viveram intensamente a preocupação de descrever o mundo de maneira fiel, crentes de que a natureza constituía uma segunda

forma de revelação dos desígnios divinos, além da primeira forma de revelação, representada pela Bíblia. Essa preocupação de absoluta fidelidade está claramente presente nas passagens em que Francis Bacon invocava a proteção de Deus contra “o erro de confundir nossa imaginação com os padrões do mundo”. Na ciência daquela época, ela levou, de um lado, a tomar um extremo cuidado nos relatos de experimentos (que se tornam descritivos e precisos, de modo a serem visualizados em detalhe por qualquer leitor), mas levou também gente como Galileu a formular as leis do movimento através de representações geométricas, pois ele acreditava que Deus escreveu o mundo na linguagem pura da matemática. Esse recurso à matemática pode ter soado estranho em alguns ambientes, numa época em que o próprio conceito de física dominante devia ser ainda o aristotélico; hoje é difícil negar que ele tenha sido legítimo e produtivo embora tenha custado caro a Galileu, que passou os últimos anos de sua vida em prisão domiciliar, e proibido de publicar novas obras.

Outra consolação é que a possibilidade de recorrer a formalismos não é incompatível com um exercício da sensibilidade e com a busca de uma organização “econômica” dos fatos de língua. Vale, a este respeito, uma citação de Leech, que apesar de antiga não perdeu sua relevância:

“Muitas ambigüidades manifestar-se-ão em representações distintas de uma gramática profunda para o mesmo item formal. A questão de saber quais ambigüidades devam ser distinguidas numa gramática profunda é em larga medida uma questão da “economia” da descrição total da língua...”. Se entendo bem essa citação, ela significa que é possível calibrar o grau de precisão das representações abstratas, encontrar um nível recomendável de “delicacy” assim como o fotógrafo escolhe o granulado do filme em função das condições de luz, dos aparelhos fotográficos de que dispõe e dos aspectos que quer realçar no objeto fotografado.

Este é um dos tantos problemas filosóficos interessantes que a convivência com a ambigüidade semântica suscita com particular saliência. Salvo engano, ele mostra que não é possível fazer descrição sem pensar em teoria, e não é possível fazer teoria sem ter em mente os problemas de descrição, mas aqui estamos entrando num domínio vasto e qualquer tentativa de dizer mais deixaria no ar uma quantidade enorme de dúvidas.

Não é bom que uma exposição sobre ambigüidades termine com ambigüidades de exposição. Paro neste ponto, como o caminhante que alcançou uma pequena elevação, e nela se detém para tomar fôlego, ao mesmo tempo que olha de modo novo para o muito que ainda resta por andar.